

A dúvida como critério ético em Contardo Calligaris

CHRISTIAN INGO LENZ DUNKER*

“Estávamos Contardo eu com mais alguns em um destes prédios grandes, americanos, meio perdidos procurando a sala do congresso. Depois do elevador, chegamos a uma espécie de entrada no hall interno onde há dois guardas e um sistema de raio x na entrada. O primeiro é mais baixo e gordo, o segundo está afastado. Contardo entrega uma espécie de papel, amassado, destes que se acumulam depois de alguns dias de congresso fora do país. O guarda examina aquilo, mas não consegue entender muito bem, ele vai consultar o segundo guarda. Eu atravesso o portal do raio x e pergunto “do you need more explanations?” Minha pronúncia parece agradavelmente correta. Meu inglês está bom e eu fico satisfeito em ter dito aquilo. O guarda volta e diz que não é ali o lugar que procuramos. Contardo mostra então outro papel, que se parece com o verso de uma embalagem de batatas fritas, onde estaria indicado o local correto do encontro. Vejo números (1), (2), (3) Digo alguma coisa que não me lembro e o guarda me “descobre”. Mas faz uma cara marota e ri. Brinca que meu inglês é de Santa Catarina (quando isso se aplica em geral ao alemão).”

Durante dezesseis anos fui analisante, aluno, supervisionando e leitor de Contardo Calligaris. Este sonho selava o encerramento desta longa viagem, feita de estrangeiros, estranhamentos e sotaques. Meu primeiro contato, devo dizer, estarrecedor para os anos 1980 na psicanálise brasileira, foi em uma daquelas conferências que Manuel Berlinck promovia na antiga livraria Escuta, perto da PUC de São Paulo, onde algum tempo depois acompanharia um seminário importante chamado *Inconsciente: Várias Leituras*

* Psicanalista. Professor Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Analista Membro da Escola do Fórum do Campo Lacaniano.

(KNOBLOCH, 1991). Um mesmo ponto ligava os dois encontros: a discussão de temas éticos extremos. No primeiro ele falava de sua pesquisa sobre os carrascos voluntários de Hitler e sobre a revisão da teoria psicanalítica da perversão. No segundo me lembro de uma frase só: *“Heidegger não pagou sua dívida simbólica com Husserl”*. Mas além da óbvia captura temática o que me pegou na forma como ele falava era sobretudo a maneira como ele se colocava no que dizia. Um sentido de autenticidade sem uma gota de romantismo expressivo.

Contardo analisou gerações e culturas com o mesmo carinho no coração e rigor nas palavras. Lúcido, tinha sempre um giro a mais na conversa, uma sacada inesperada, uma piada capaz de fazer você se sentir subitamente íntimo e ao mesmo tempo um estrangeiro em sua própria pele. Ele tinha a fotografia da alma na ponta dos dedos e era um humanista crítico como não existem mais.

Era esse trânsito entre cultura e psicanálise, vida comum e transferência que atravessou meu percurso e é disso que gostaria de falar para, não só por motivos pessoais, mas porque acho que a contribuição clínica que Contardo trouxe, sobretudo de sua experiência nos Estados Unidos, com a psicanálise relacional, ainda não foi bem compreendida no Brasil. O traço mais contundente deste giro pelo qual ele – sem deixar de ser lacanianiano – introduzia uma novidade no manejo da transferência, dizia respeito ao que Mitchel chama de *disclosure*, ou seja, momentos bem específicos, geralmente indicados apenas para a segunda parte da análise, nos quais o analista compartilha experiências pessoais. Destaco três exemplos marcantes.

Quando atuava como tutor de alunos africanos na USP enfrentei um problema que era mais ou menos assim. Eles vinham por meio de um convênio pelo qual os alunos da África portuguesa, com Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, podiam estudar nas universidades públicas brasileiras, mas os governos locais se comprometiam a pagar uma bolsa de auxílio-permanência. Tinha encontros mensais com eles, nos quais se repetia a mesma conversa. *Algum problema? Não, nenhum, tudo correndo às mil maravilhas: os professores nos aceitam bem, os alunos nos acolhem, há boas instalações e a comida não é ruim*. Depois do terceiro encontro comecei a desconfiar que havia alguma coisa errada. Consultei um amigo da antropologia e

ele me disse algo como: *Chris você não entende nada de África mesmo. Pergunta pela família.* Quando fiz a consulta desta maneira a resposta foi: *Comigo está tudo bem, mas a minha família, está em dificuldades. Minha tia está que não dorme, minha mãe muito nervosa, meus irmãos vivem tentando levantar mais dinheiro.* Avancei então para saber o que estava acontecendo do outro lado do Atlântico e a resposta foi inusitada: *Ah, eles estão muito preocupados comigo. Eu não tenho onde dormir, nem comer, fico andando pelo campus em busca de um lugar para passar o dia e quando dá fico no Centro Acadêmico.* Ou seja, se eles denunciassem as condições precárias em que estavam – porque seus governos não cumpriam com o combinado – não lhes dando suporte algum, seriam devolvidos aos seus países, mas também não lhes era próprio queixar-se individualmente, por isso o sofrimento tinha que vir na forma da narrativa familiar. Quando contei minha aflição com esta situação em análise, para minha mais completa surpresa Contardo se levantou, pegou o telefone, ligou para seu amigo Gilberto Dimenstein, que fez uma coluna a respeito, depois de alguma conversas comigo, e duas semanas depois o Itamaraty havia providenciado uma bolsa emergencial para os alunos.

O segundo evento deste tipo acontece quando chego para minha sessão na manhã do dia 11 de setembro de 2001 e encontro Contardo de pé na sala de espera e ele me indica um sofá, numa área restrita do consultório, na frente de uma televisão. Em silêncio compartilhado assistimos ao segundo avião atingir as torres gêmeas e a coisa toda desmoronar. Naquela época ele atendia três semanas em Nova York e uma semana em São Paulo, portanto sabia que ele tinha família e amigos lá. Fiquei preocupado e o silêncio aumentava cada vez mais. Aquela situação na qual você sabe que tem que dizer alguma coisa, mas as palavras não vêm. Exatamente como acontecia na sala ao lado. Daí eu me saio com: *você conhecia alguém lá?* A escolha do verbo no passado, caiu imediatamente como um avião na minha cabeça. Mas a resposta foi ainda mais fora de propósito: *todos.* Fim da sessão.

O terceiro caso veio por outro lado. Tinha uma orientanda muito querida, que fazia uma tese sobre como falar de sua própria análise, transmitindo conceitual e literariamente o que importa para a psicanálise. Mas na hora de escolher a banca, ficou impossível achar alguém que enfrentasse todas as vertentes do problema. Ela era paciente de Contardo e sabíamos que

ele era avesso a este tipo de evento. Muitos diriam que era uma situação de alto risco ético e de grande impacto danoso potencial para quase todos os envolvidos. Falar de si, subverter o discurso universitário, retomar as transferências em outros cenários, tudo parecia improvavelmente incompatível. Mas foi um momento inesquecível, produtivo e um marco da saída da psicanálise de dentro de seus condomínios.

Depois de fazer sua graduação em filosofia e epistemologia em Genebra, onde foi aluno de Piaget e Starobinski e antes de concluir seu doutorado em psicopatologia clínica, Contardo se dedicou a fotografia e às artes plásticas, custeou parte de seus estudos lutando box pela Universidade, sem contar suas aventuras pelo teatro. Já na sua formação como psicanalista na Escola Freudiana de Paris, frequentou os seminários e apresentações de pacientes feitas por Jacques Lacan. Assistiu assim ao nascimento do lacanismo, mas também participou do apogeu do movimento estruturalista junto a Roland Barthes de quem foi aluno. Uma vez ele me disse que teria feito seu doutorado com Barthes, se ele não tivesse morrido, estudando o tema “o abismo em James Joyce”. Ele vinha de uma experiência clínica multicultural. A Itália dos escombros do pós-guerra, o exílio na Inglaterra do movimento Mob nos anos 1950, a Paris da revolução cultural de maio de 1968, a Porto Alegre da Cooperativa Cultural Jacques Lacan dos anos 1980, a Califórnia da luta pelos direitos humanos dos anos 1990. Sentia que junto com ele tínhamos que fazer algo acontecer em São Paulo nos anos 2000. Suas passagens universitárias não eram menos impressionantes: deu aula no primeiro departamento de Psicanálise de Vincennes, inaugurado por Lacan. Ensinou estudos culturais na New School de Nova York e antropologia médica em Berkeley.

Seus livros eram inacreditavelmente legíveis no quadro barroco da psicanálise lacaniana dos anos 1990. *Hipótese sobre o Fantasma* (1986), *Introdução à Clínica Diferencial das Psicoses* (1990), *Clínica do Social* (1991), *Hello Brasil* (1992) e *Adolescência* (2000). Em tempos em que a universidade parecia tomada por um ímpeto burocrático e normativo, onde todo saber parece ser calculável em termos de uma capitalização da imagem e de uma “agregação de valor” é sempre muito bom podermos nos lembrar que ainda existem experiências genuínas com o saber e que a noção de formação pode ainda ter algum sentido vivo ... e algum sabor.

O livro *Cartas a um Jovem Terapeuta* (2004), rapidamente tornou-se uma unanimidade para os jovens candidatos a psicoterapeuta. Há muitos livros publicados, há outros tantos que se incorporam aos currículos universitários e para-universitários, mas há poucos que são efetivamente lidos. Ele era um livro mesmo para ter, não só um xerox, apostila, texto baixado da internet, ou resumo colado de aula. Ele era lido por um público considerado difícil, conhecido pela alcunha de “os alunos”; isso é realmente uma proeza. Isso torna sua trajetória especialmente significativa quando se discute se a psicoterapia deve ser praticada exclusivamente por psiquiatras ou psicólogos e no qual um dos textos ainda hoje mais lidos à introdução nesta prática é de alguém formado em letras. Duas condições devem ser salientadas aqui. Ele passou um longo período estagiando em clínicas psiquiátricas, onde teve, como sempre contava, que segurar pacientes sangrando e loucuras em estado bruto. Dizia que os psicanalistas estavam cada vez aprendendo mais a ser psicanalistas, nem sempre em ajudar seus pacientes e assim vão se tornando péssimos psicoterapeutas. Ele lia muito sobre a produção teórica e clínica de outras tradições, cognitivistas, humanistas, comportamentalista, sem falar no debate sério com gente como Jurandir Freire Costa e Otávio Souza, que traziam outras formas de psicanálise de maneira consistente e criativa. Nunca deixava de recomendar: psicanalista que se preze tem que ler ao menos um romance por semana, mas pode substituir por poesia se preciso.

Ele praticava rigorosamente as virtudes que esperava de um psicoterapeuta. O gosto pronunciado pela palavra e carinho espontâneo pelas pessoas. A curiosidade pela variedade da experiência. Manter sempre elevado o estoque de experiências aventureiras, “animadas” e variadas na própria vida. Sem falar em uma boa dose de sofrimento. Não suportava a subjetividade militante, o desejo irrefreável de ser amado e o “personagem” do psicoterapeuta experiente e bem ajeitado na poltrona. Vivia trazendo temas como esperança, crença e valores para a baila psicanalítica, como se os limites de nossa escuta fossem os limites de nossa capacidade de habitar nossos próprios insuportáveis.

As colunas das quintas-feiras, na *Folha de São Paulo*, não eram apenas a crônica do que estava acontecendo no cinema, na literatura ou na cultura

em geral, mas muitas vezes, intervenções políticas diretas, como no episódio em que sua mediação entre Silvio Santos e José Celso Martinez Corrêa, permitiu que o teatro Oficina¹ continuasse a existir em um terreno em disputa. Isso também acontecia nas entrevistas e depoimentos que se tornaram cada vez mais frequentes ao final de sua vida e nos quais ele, de forma um tanto inédita, falava cada vez mais de sua própria vida. De tal maneira que formou assim, depois de Gastão Silva e Virgínia Bicudo, um terceiro tipo de discurso e de prática da psicanálise como intervenção cultural².

Contardo era um tipo de intelectual em franca extinção, não apenas pela sólida e vasta formação, vivida em meio a monstros sagrados da cultura ocidental, mas pela atitude onívora que cultivava com relação ao saber (como se sabe há intelectuais herbívoros e carnívoros). Atitude onívora associada a uma espantosa capacidade de manter-se próximo do outro em sua radical diversidade e simplicidade. Testemunho direto disso é o interesse clínico, vertical e rigoroso de Contardo pela psicanálise anglo-saxônica, notadamente americana. Quem frequenta a obra de Lacan sabe que tipo de heresia isso representa. Também quem se ocupa da história das ideias sabe que é deste tipo de heresia que se alimentam os grandes autores. Pensar contra si mesmo, pôr em risco sua própria herança. De certa maneira não há alternativa que não essa para quem quer se aventurar na experiência do pensamento e da clínica.

Muitas de suas colunas atravessaram nossas sessões e algumas delas evoluíram para controvérsias públicas. De vez em quando eu lhe escrevia contracolunas, iradas ou amorosas, que ele recebia com seu inconfundível humor. É possível que minha experiência como “*youtxuber*” tenha se inspirado nos anos de aprendizado com Contardo, em torno destas transferências cruzadas entre o analista, sua vida e suas ideias como pensador e agitador cultural. Um dos momentos mais turbulentos desta conversa aconteceu quando se confrontaram, a céu aberto Contardo com Vladimir Safatle, Marcelo Coelho e Hélio Schwartzman. Sendo amigo de um, analisante

1. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1504200419.htm>

2. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-24062024-105343/publico/LILIAN_ARACY_AFFONSO_VERONESE_rev.pdf

de outro, e crítico de uns e outros, me vi tomando em uma controvérsia divisiva, onde ninguém na cidade psicanalítica deixava de ter uma posição e uma opinião.

Em sua coluna “*Para que serve a tortura?*”³, Contardo perguntou se de fato essa prática seria um meio eficaz para obter confissões. Há contexto, como a inquisição, nos quais ela funciona mais como exercício sádico do que forma genuína de obter a verdade. Seria o caso também da “tortura psicológica” que eventualmente os adultos perpetraram contra crianças em nome da educação? Sabemos que a humilhação envolve um tipo de confissão submissiva, que gera uma posição de resistência inútil para o desenvolvimento moral. Mas existiriam situações nas quais a ponderação sobre a aplicação da tortura seria pertinente? E aqui vem o exemplo, ilustrado por personagens como Capitão Nascimento e Jack Bauer, com o fundo na tortura praticada pelos americanos no Afeganistão e em Guantánamo, com o objetivo aparente de nos levar a pensar um caso limite. A tese era de que nosso raciocínio moral depende de nossa capacidade de levantar, suportar e desdobrar dilemas, tornando-os cada vez mais contextual-específicos.

Em sua resposta ao dualismo entre cartilhas e dilemas, Vladimir Safatle⁴ insistiu que a decisão moral individual sempre carrega mais e menos “homúnculos” do que gostaríamos. Matar Bin Laden em nome da segurança ou da vingança é uma coisa, matar Bin Laden como *exemplo* de que a regra tácita do jogo tolera a tortura e a ilegalidade, é outra. Ou seja, não se pode evacuar o desejo da situação ética. O efeito “força de lei” ou “dilema concreto” não se aplica apenas ao código jurídico e abstrato. Há um conjunto de consensos que definem a *forma* como aplicamos a lei e como julgamos seu *conteúdo* moral. Um bom dilema perturba nosso sistema de identificações, mas um dilema melhor ainda, nos apresenta um fragmento de real como impossível. Ele nos transforma não apenas quando o resolvemos, mas quando nós o enunciamos.

Toda vez que nos afastamos irreflexivamente de um dilema por mera adesão a princípios, neste caso: “*tortura nunca mais*”, nos impedimos de

3. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/1233770-para-que-serve-a-tortura.shtml>

4. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/1244608-algumas-diferencas.shtml>

exercer a dúvida, a incerteza e a crítica que nos levam à construção da liberdade e autonomia e à renúncia da minoridade baseada na obediência a cartilhas. O exercício sobre dilemas, refratários a regras de ação convencionais, opõe-se a confirmação de certezas que pré-decidem como se deve agir em qualquer universo contextual. Já em outros trabalhos Contardo tinha insistido na referência a Kohlberg, psicólogo piagetiano da década de 1930, que estudou o desenvolvimento moral a partir do método dos dilemas e da separação entre moralidade convencional, baseada na adesão a costumes e autoridades externas, em contraste com a moralidade pós-convencional, determinada pela capacidade de questionar a aplicação da regra ao caso. O exemplo clássico aqui é: um pai pode ou não assaltar uma farmácia para obter o remédio imprescindível para a sobrevivência de seu filho? O princípio “*não roubar*”, opõe-se à contingência de que o filho depende do remédio e ao fato de que o pai ama seu filho. Esta abordagem procede por estudo de casos, não por meio de modelos experimentais. De um lado estava a teoria dos jogos e o dilema dos prisioneiros, como modelo genérico de decisão; do outro, o pensamento clínico da decisão tomada nos limites de cada sujeito. Abordar a eticidade dos critérios éticos mobiliza a coragem e a angústia gerada pela suspensão de modelos autoridades de amparo moral, pré-constituídas. Exemplo: se alguém pode alterar o curso de um trem de tal forma que este em vez de atropelar cinco pessoas ou mil pessoas, ele deve ou não agir ativamente para mudar a rota do trem, aumentando sua reponsabilidade nestas mortes, mas reduzindo o número de vítimas? A conjectura era animada pelo caso real dos passageiros que derrubam o avião que se dirigia para um prédio durante os ataques de 11 de setembro, reduzindo o número de vítimas em terra, mas matando várias pessoas, inclusive eles mesmos. Seriam eles eticamente heróis ou vilões? Seria a votação e a deliberação coletiva um critério válido nesse contexto?

A controvérsia subsequente levou à conclusão de que os exemplos nunca são indiferentes. A comparação entre caos genérico e casos singulares nunca é perfeita porque os termos do problema não são comensuráveis. *Por isso, no debate (ou na gritaria) entre homossexuais e evangélicos, por exemplo, nem*

*preciso decidir se gosto mais de Oscar Wilde ou do apóstolo Paulo.*⁵ Por outro lado, não deveria nem parar para pensar se “*um Estado que recorre sistematicamente à tortura deve ser salvo?*” Ou seja, há casos em que *parar para pensar* (a dúvida ética) é ético e outros nos quais é justamente *parar para pensar* que revela nossa imoralidade (no ato ético). Todavia, como levantaram seus críticos, em alguns casos a posição ética não consistiria exatamente em recusar o dilema? A tese lacaniana de que não há metalinguagem aplica-se aqui mais como consideração ética, do que como regra cognitivo-epistemológica. O método dos dilemas é basicamente um método em torno do uso e extensão de *exemplos*. Mas em segundo grau a relação entre forma e conteúdo colide com a regra da aplicação do caso à regra. Daí que quanto mais complexo, paradoxal e impensável o dilema maior, a divisão subjetiva, consequentemente maior a imersão ética.

O debate evoluiu para o limite de elasticidade do dilema como método de construção da racionalidade moral. *Questão de Método*, o título de uma das colunas da contenda, não parece ser uma alusão ao texto de Sartre, mas uma crítica à dissociação entre forma e conteúdo, enunciado e enunciação, instrumentos e fins éticos, princípios e exemplos, tema sobejamente tratado pelo método dialético no qual tanto Contardo quanto Vladimir se formaram. A expressão irônica que considera os “*paradoxos morais de laboratório*” um falso problema, critica a escolha do exemplo questionando a neutralidade do exemplo e sugerindo que o paradoxo deve ser pensado junto com a contradição na abordagem do raciocínio moral. Contardo e Vladimir partem de fontes e formações intelectuais bastante próximas: a psicanálise e a filosofia, Lacan e a teoria crítica, Hegel-Kant e a crítica da cultura pós-estruturalista, a esquerda “esclarecida” e não a direita “pirotécnica”, a avaliação crítica da modernidade colonial.

O debate evoluiu da existência ou não de moralidade pós-convencional para se de fato, devemos esperar de alguém que passa por uma psicanálise, uma posição detectável nesta matéria? A teoria do reconhecimento (em teoria social), ou a teoria do narcisismo (em clínica), deve admitir uma di-

5. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/1021299-sentidos-do-fundamentalismo.shtml>

ferença entre moralidade (convencional) e eticidade (pós-convencional)? Em outras palavras, se os processos de individualização (lógica formal da decisão) e as instituições reais nos quais eles se dão (circunstâncias reais), reúnem-se na determinação do exemplo, apelar para a força do exemplo, seja como imitação, seja como problema, esconde a verdadeira questão, ou seja: se é possível pensar a ética sem a política? Contudo, não seria a escolha do exemplo, o momento de sua colocação e, principalmente, o método de tratamento uma proposição de alta periculosidade política? Operação similar a propor plebiscito sobre a pena de morte (falando em dilemas), como método de escolha livre, no contexto de massas enfurecidas sedentas de vingança. Ou seja, não seria uma covardia deixar que o exemplo “fale por si mesmo” para depois sugerir que ele está sendo mal interpretado?

Em sua resposta ao dualismo entre cartilhas e dilemas, Vladimir Safatle⁶ volta a insistir que a decisão moral individual sempre carrega mais e menos “homúnculos” do que gostaríamos. Matar Bin Laden em nome da segurança ou da vingança é uma coisa, matar Bin Laden como *exemplo* de que a regra tácita do jogo tolera a tortura e a ilegalidade, são duas situações diferentes. O efeito “força de lei” ou “dilema concreto” não se aplica apenas ao código jurídico e abstrato. Há um conjunto de consensos que definem a *forma* como aplicamos a lei e como julgamos seu *conteúdo* moral. Um bom dilema perturba nosso sistema de identificações, mas um dilema melhor ainda nos apresenta um fragmento de real como impossível. Ele nos transforma não apenas quando o resolvemos, mas quando nós o enunciamos. Não seria este o caso da moralidade pós-convencional?

Aqui as teses de Kohlberg são suplementadas pelos desenvolvimentos de Kahneman que mostram como nós representamos nossas escolhas morais de modo muito diferente da maneira como efetivamente agimos. Isso duplica o problema: há princípios de ação, cartilhas, imperativos universais (reais e imaginários) e há circunstâncias de ação, casos, particularidades concretas (reais e imaginárias). Há dilemas, há falsos dilemas e há também os dilemas

6. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/1244608-algumas-diferencas.shtml>

forçados⁷. Recado inevitável, para psicanalistas e teóricos críticos. Analisar dilemas morais, e suas divisões subjetivas, implica sancionar e recusar alternativas binárias dos termos nos quais uma situação se apresenta.

Foi aqui que me meti na conversa. Argumentei que assim como existe um infinito *dentro do dilema* há um infinito *fora do dilema*. A relação entre a conjectura e o mundo real pode ser, ela mesma, real e desencadear efeitos no mundo real. Para tanto basta admitir que existem dois tipos de hipóteses: aquelas que afetam as condições de sua enunciação e aquelas que não afetam suas próprias condições de enunciação. Por exemplo, levantar a hipótese da existência de um planeta para além de Plutão e que ele influencia a órbita dos outros planetas conhecidos não afeta, em tese, as condições da enunciação. Ele não transforma ética, política ou moralmente aquele que enuncia a hipótese⁸. Mas há hipóteses que transformam quem as enuncia e corrompem a situação de enunciação na qual elas emergem. Aliás, esta é uma das maneiras de definir o inconsciente. Um sonho, um chiste, um sintoma podem ser lidos como hipóteses que alteram o sujeito que as enuncia. É como dizer, no interior de uma relação amorosa: “*suponhamos que você esteja me traindo*”. Inevitavelmente esta “hipótese” transformará a relação no interior da qual ela é proferida. Isso pode representar um incentivo à vida de fantasia do casal, mas certamente implica admitir que a relação entre hipótese moral levantada e posição desejante ou política dos envolvidos não é de separação metodológica garantida por alguma instância de metalinguagem. Ou seja, o problema não é a cartilha explícita e monótona das injunções morais, mas sua relação com a cartilha particular representada pelas perguntas morais no contexto parcial, ainda que insabido, de sua própria enunciação. É a nossa “*hidden agenda*” (a cartilha escondida), por vezes contrárias às intenções declarativas. Ela decorre tanto da divisão subjetiva induzida pelo dilema, quanto da posição no mundo

7. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/1237710-yoani-e-as-falsas-alternativas.shtml>

8. Claro que se pode dizer que esta é uma condição contextual. Na Idade Média ou entre os Astecas uma afirmação cosmológica deste tipo pode adquirir alta densidade moral e política. Isso apenas comprova a ideia de que exemplos e enunciações são covariantes e que a tensão entre forma e conteúdo é um elemento essencial do dilema moral. Ontologia e ética não estão tão dissociadas quanto gostaríamos.

real do exemplo escolhido. Como se pode perceber a questão agora assume implicações imediatas para a crítica cultural quando se escolha uma obra ou outra para o comentário ou para a crítica.

Além da benéfica divisão do sujeito, expressa pela moral provisória da modernidade, devemos acrescentar a igualmente perturbadora intromissão do objeto patológico, que nos leva a pensar, naquele momento, naquele contexto específico, no exemplo do torturador. O caráter indissociável entre forma universal (ou indefinidamente generalizável) do problema e conteúdo particular de sua enunciação (ou o exemplo *em si*) é um dos motivos que já levaram Contardo, em outros momentos, a aproximar os juízos estéticos dos juízos morais, a desfazer da separação entre ética e moral, constituindo ainda uma regra de ação clínica óbvia para qualquer psicanalista: *os exemplos nunca são meros exemplos*.

O potencial emancipatório dos dilemas, contra a alienação minorizante das cartilhas, ocorre porque a identificação induz o essencialismo moral. O homem-cartilha, que pretende universalizar aquilo que na verdade são apenas disposições particulares de gosto ou inclinação, evita os dilemas. O intrigante nesta objeção é que ela remete justamente à tradição kantiana-piagetiana que pretende encontrar regularidades, quando não universalismos morais, no sujeito (a famosa tese de que em todas as culturas e épocas partilham da geometria de Euclides e da moral de Kant).

Depois deste debate, que mostra por contraste a raridade e a atualidade do debate sobre a ética, pude entender melhor como as crônicas de Contardo Calligaris em *A Folha de São Paulo* podiam ser divididas em colunas Dóricas, a saber aquelas bem torneadas que seguem em sentido canelado e retilíneo rumo ao alto em ascese demonstrativa. Ao final sabemos exatamente o que sabíamos antes, mas agora sabemos melhor. Efeito de descoberta pelo qual se vê o fio vermelho do assunto, aumenta a clareza sobre o problema. O que bem se concebe claro se enuncia, parece ser o lema das colunas Dóricas. Incluem-se aqui quase todas as colunas fílmicas⁹, teatrais¹⁰ ou esportivas, como a cobertura da Olimpíada de Sydney.

9. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1109200826.htm>

10. <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2009/03/536544-contardo-calligaris-estreia-no-teatro-com-o-homem-da-tarja-preta.shtml>

De outro lado estão as colunas Jônicas. Nelas o estilo é sinuoso e controverso. A ironia e indeterminação, talvez impressionista, não clareia, mas obscurece. Assentada sobre uma base rebuscada, a coluna Jônica imita um traje feminino (o quintão), assemelhando-se ao penteado hitita ou oriental de onde deriva. Aqui o efeito é de invenção, provocação ou epifania. Exemplo típico, de influência estoica. Ver de perto, ver de longe. Estar à altura de sua própria morte. Vivê-la intensamente, assim como definir uma vida pela história que ela conta em seus próprios termos. Ver entre os anjos e folhas de parreira aquela pequena gárgula dissonante. Ver o gorila no meio da sala¹¹, ou a floresta além das árvores¹², a criança no adulto¹³. Os manuais de arquitetura da antiguidade rezam que devem ser 44 frisos para as colunas Jônicas e no máximo 20 para as Dóricas. As colunas mais antigas eram mais jônicas, argumentativas e verticais, com o passar do tempo as Dóricas foram se impondo, junto com a flexibilização de seu estilo.

Finalmente há as colunas Salomônicas. Espessas, carregadas nos dados, informativas e geralmente orientadas para assuntos que envolvem lógica da decisão em ato¹⁴. Aqui o autor de *Hello Brasil* parece ter definitivamente desembarcado em *terra brasiliis* e estar disposto a entrar nas confusões locais, como as que reconstruímos esquematicamente acima. Lembremos que as colunas Jônicas não remontam aos tempos bíblicos, mas à imaginação dos arquitetos barrocos que tentavam produzir o efeito de movimento e retorção. Ao contrário das colunas Jônicas ou Dóricas, que trabalham às dezenas, as Salomônicas reduzem-se a duas (Boaz e Joachin). Nas colunas Salomônicas não se trata da formação de uma atitude, nem da invenção de um juízo improvável, mas de acirrar o paradoxo¹⁵ e quiçá resolvê-lo em dialética prática, na questão dos *outdoors* de São Paulo¹⁶. Tal qual Salomão, ou Kohlberg, aqui o problema é saber onde cortar a criança para extrair a

11. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0507200122.htm>

12. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1707200830.htm>

13. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq12089928.htm>

14. <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/>

2015/06/1640280-dilemas-eticos.shtml

15. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2003200829.htm>

16. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1312200124.htm>

verdadeira mãe¹⁷. É caso de seus escritos depois da estadia em Timor Leste, mas também da maior parte das colunas autobiográficas. Estão aqui também a peça sobre *O Homem da Tarja Preta*, suas aventuras literárias como o *Conto do Amor* ou televisivas com a sensacional minissérie *Psy!*

Certa vez Contardo me contou como tinham sido seus primeiros encontros com Lacan. Chegado de Genebra ele precisava de um trabalho e alguém sugeriu que Lacan precisava de um bibliotecário para arrumar seus livros. Com este “bico” e alguns trocados ele conseguia pagar a análise com Leclaire. Mas depois de um tempo ele queria frequentar também as apresentações clínicas no hospital Saint Anne. Feito o pedido Lacan olhou seriamente e disse: *sim, mas não nesta semana!* Não havia nenhum motivo razoável para que ele não pudesse ir na próxima data, a não ser o fato de que era preciso introduzir uma reticência, uma dúvida, uma vírgula antes de qualquer coisa. Acho que era essa lição que atravessava a profunda paixão pela incerteza ética da experiência humana. Essa é a grande virtude que persevera em Contardo e que ele transmitiu para mais de uma geração: a importância da coragem ética com o desejo.

Não, eu não preciso de mais explicações.

Referências

KNOBLOCH, F. (Org.). *O inconsciente: várias leituras*. São Paulo: Escuta, 1991.

Junho de 2026

Christian Ingo Lenz Dunker

chrisdunker@usp.br

São Paulo - SP - Brasil

17. Alusão ao Juízo de Salomão, o episódio bíblico (1 Reis 3,16-28) em que duas mulheres se apresentam ao rei Salomão disputando a maternidade de um bebê. Ambas haviam dado à luz, mas uma das crianças morreria, e cada uma reivindicava o filho vivo como seu. Sem testemunhas para decidir, Salomão ordena que tragam uma espada e que a criança seja partida ao meio, dando metade a cada mulher. Diante da sentença, a verdadeira mãe imediatamente abre mão de sua reivindicação, suplicando que entreguem o bebê vivo à outra para que ele não seja morto, enquanto a falsa mãe concorda que a criança seja dividida. É justamente esse gesto que revela a verdade: Salomão reconhece como mãe aquela cujo amor a fez preferir perder o filho a vê-lo morto, e ordena que lhe devolvam a criança. O episódio se tornou símbolo da sabedoria de Salomão e da ideia de que o amor verdadeiro se prova pela disposição ao sacrifício.